



MULHERES NO ENSINO SUPERIOR: HISTÓRIAS DE PROFESSORAS NA DIREÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP

Juliana de Souza Silva
Universidade Cruzeiro do Sul/Unicsul, Brasil
juped@usp.br

Katiene Nogueira da Silva
Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação/FEUSP, Brasil
katiene@usp.br

RESUMO

Com o presente artigo objetivamos evidenciar aspectos da trajetória dos estudos educacionais até a criação da Faculdade de Educação da USP e discutir a inserção das mulheres no ensino superior brasileiro. Para tanto, tomamos como fontes privilegiadas as entrevistas realizadas com duas professoras que tiveram sua história de formação intelectual e docente vinculadas à referida unidade ocupando papel de destaque no campo educacional brasileiro, bem como na docência e na gestão, uma vez que ambas ocuparam o cargo de diretoras da faculdade. Assim, por meio de suas memórias, pretendeu-se recuperar um conjunto de informações relevantes sobre a história institucional e sobre como as experiências dessas mulheres-professoras foram impactadas por ela.

Palavras-chave: Ensino superior. Histórias de mulheres. Universidade de São Paulo.

MUJERES EN EDUCACIÓN SUPERIOR: HISTORIAS DE PROFESORES EN LA DIRECCIÓN DE LA FACULTAD DE EDUCACIÓN DE LA USP

RESUMEN

Con este artículo pretendemos destacar aspectos de la trayectoria de los estudios educativos hasta la creación de la Facultad de Educación de la USP y discutir la inserción de la mujer en la educación superior brasileña. Para ello, tomamos como fuentes privilegiadas las entrevistas realizadas a dos profesores que tenían su historia de formación intelectual y docente vinculada a esa unidad, ocupando un papel destacado en el campo educativo brasileño, así como en la docencia y la gestión, ya que tanto ocupó el puesto de directoras. Así, a través de sus memorias, se pretendía recuperar un conjunto de información relevante sobre la historia institucional y cómo las experiencias de estas maestras fueron impactadas por ella.

Palabras clave: enseñanza superior. historia de mujeres. Universidad de São Paulo.

WOMEN IN HIGHER EDUCATION: STORIES OF TEACHERS IN THE DIRECTION OF THE FACULTY OF EDUCATION AT USP

ABSTRACT



With this article we aim to highlight aspects of the trajectory of educational studies until the creation of the Faculty of Education at USP and discuss the insertion of women in Brazilian higher education. For this purpose, we took as privileged sources the interviews carried out with two teachers who had their history of intellectual and teacher education linked to that unit, occupying a prominent role in the Brazilian educational field, as well as in teaching and management, since both occupied the position of college principals. Thus, through their memoirs, it was intended to retrieve a set of relevant information about the institutional history and how the experiences of these women-teachers were impacted by it.

Keywords: Higher education. Women's stories. University of Sao Paulo.

LES FEMMES DANS L'ENSEIGNEMENT SUPERIEUR: HISTOIRES D'ENSEIGNANTS DANS LA DIRECTION DE LA FACULTE D'ÉDUCATION A L'USP

RÉSUMÉ

Avec cet article, nous visons à mettre en évidence les aspects de la trajectoire des études pédagogiques jusqu'à la création de la Faculté d'Éducation à l'USP et à discuter de l'insertion des femmes dans l'enseignement supérieur brésilien. Pour ce faire, nous avons pris comme sources privilégiées les entretiens menés avec deux enseignants qui avaient leur histoire de formation intellectuelle et pédagogique liée à cette unité, occupant un rôle de premier plan dans le domaine éducatif brésilien, ainsi que dans l'enseignement et la gestion, car les deux occupé le poste de directrices. Ainsi, à travers leurs mémoires, il s'agissait de récupérer un ensemble d'informations pertinentes sur l'histoire institutionnelle et comment les expériences de ces enseignantes en ont été impactées.

Mots clés: Enseignement universitaire. Histoires de femmes. Université de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Com o presente texto objetivou-se evidenciar aspectos da trajetória dos estudos educacionais até a criação da Faculdade de Educação da USP e discutir a inserção das mulheres no ensino superior brasileiro. Para tanto, tomou-se como fontes privilegiadas as entrevistas realizadas com duas professoras que tiveram sua história de formação intelectual e docente vinculadas à referida unidade ocupando papel de destaque no campo educacional brasileiro, bem como na docência e na gestão, uma vez que ambas ocuparam o cargo de diretoras da faculdade. Assim, por meio de suas memórias, pretendeu-se recuperar um conjunto de informações relevantes sobre a história institucional e sobre como as experiências dessas mulheres-professoras foram impactadas por ela.



Mesmo advindas de áreas de conhecimento diferentes, Anna Maria Pessoa de Carvalho graduou-se em física e Sônia Teresinha de Sousa Penin em pedagogia, as histórias das docentes, em muitos sentidos, aproximam-se, tendo no Departamento de Educação da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) seu início, na Faculdade de Educação da USP sua continuidade e nas experiências como intelectuais do gênero feminino seus pontos de convergência. Isto posto, o texto que ora se apresenta, produzido no âmbito do dossiê, *Memórias de processos de renovação pedagógica no Brasil: educação básica, formação de professores e pesquisa educacional na trajetória da Universidade de São Paulo*, ordenou-se de modo a, em um primeiro momento, discorrer sobre a trajetória dos estudos educacionais até a materialização da Universidade de São Paulo e, posteriormente, a criação da Faculdade de Educação da USP; em seguida, tratará da história das mulheres no ensino superior brasileiro e, finalmente, exibirá as trajetórias dessas duas docentes que fizeram suas carreiras intelectuais na unidade deixando nela marcas muito importantes.

A HISTÓRIA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

As origens da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo são anteriores à estruturação de seu prédio independente, inaugurado em 1970, e localizado na Cidade Universitária “Armando Salles de Oliveira”. Um curso voltado a pensar as questões educacionais foi idealizado pelos republicanos, pois visto como indispensável para ser parte integrante da nova instituição universitária que estava se formando em 1934. Tal compreensão nutriu a iniciativa de integração do Instituto de Educação – antigo Instituto “Caetano de Campos” – , criado em 1933 para formar professores em nível superior junto à Escola Normal da Capital, à Universidade de São Paulo, fazendo com que ele passasse do plano de estudos do nível normal para o de nível superior (ANTUNHA, 1974). O decreto 6.283 de 25 de janeiro de 1934, que cria a Universidade de São Paulo, dá algumas providências, em seu Capítulo I e Artigo 5º, sobre a sua incorporação à instituição:

O Instituto de Educação, antigo Instituto “Caetano de Campos” participará da Universidade exclusivamente pela sua Escola de Professores, ficando-lhe, porém, subordinados administrativa e tecnicamente, como institutos anexos, o Curso



Complementar, a Escola Secundária, a Escola Primária e o Jardim da Infância, destinados à experimentação, demonstração e prática do ensino e ao estágio profissional dos alunos da Escola de Professores.

A influência europeia, sobretudo francesa, marcou o início da Universidade de São Paulo, que se inspirou no modelo de formação da Escola Normal Superior para estruturar-se, separando o “saber desinteressado”, encarregado pelo desenvolvimento do espírito, dos “saberes utilitários” e úteis à vida prática e profissional. A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências realizaria o projeto de Fernando de Azevedo, um dos idealizadores da USP, e seria o centro integrador da universidade, onde os conhecimentos de natureza pura e desinteressada seriam desenvolvidos por todos os estudantes que nela cursariam um ciclo básico e, posteriormente, direcionar-se-iam para as faculdades profissionais, de modo que a formação intelectual e a produção de conhecimentos “puros” fossem de responsabilidade da FFCL, enquanto às escolas profissionais, como era o caso do Instituto de Educação, caberia oferecer o conhecimento aplicado (FÉTIZON, 1986).

O Instituto foi alçado ao nível de estabelecimento de ensino superior e acompanhou toda a história da universidade, mesmo que durante sua trajetória tenha sido rebaixado de *status*. Sua estrutura híbrida, que oferecia formação de nível médio e superior ao mesmo tempo e o fato de ter passado a fazer parte do ensino superior por conta de sua escola de professores, não permitiu que a unidade se equiparasse imediatamente em termos de prestígio e aceitação às tradicionais escolas como medicina, direito e engenharia, também incorporadas durante a criação da Universidade de São Paulo. O caráter misto (normal e superior), o tipo de profissionais que se propunha a formar (que não eram tão conceituados na época) e seu corpo docente alçado ao cargo de catedráticos sem a realização de concurso, contribuíram para o estabelecimento de uma visão pejorativa acerca do Instituto (ANTUNHA, 1974). Além desses fatores, Fétizon (1994) acrescenta a inferioridade de tempo de duração da formação em relação às escolas tradicionais já instaladas como mais um contributivo para seu desprestígio.

Ao serem elevados ao cargo de professores catedráticos, os docentes do Curso Normal, muitos deles profissionais liberais (Fernando de Azevedo e Roldão Lopes de Barros tinham diploma de Direito, Almeida Jr. era médico e Milton da Silva Rodrigues formado em engenharia) foram vistos com desconfiança e hostilidade pelos professores da FFCL, que almejavam os cargos e argumentavam que para acessá-los seria necessário provimento por meio de concurso (BONTEMPI JUNIOR, 2011). Fétizon (1994) e Bontempi Junior (2011, p. 194) retomam o



ocorrido com a professora Noemi Silveira Rudolfer, que mesmo sem diploma de ensino superior, dispunha de grande prestígio e influência na área de Psicologia da Educação passando a ocupar o cargo de professora catedrática, o que foi suficiente para não ser respeitada por seus colegas. A conquista do posto de professor catedrático representava um árduo desafio que compreendia atender aos critérios de excelência impostos para a manutenção da qualidade trazida pelos professores franceses. Entre os assistentes de ensino, “sucessores naturais” dos professores estrangeiros, houve reação em relação ao “provimento automático” dos docentes do Instituto de Educação, pois,

[...] uma vez que, enquanto as suas carreiras na universidade dependeriam dos humores e favores dos atuais catedráticos, da paciência de esperar o momento e do sucesso nas duras provas dos concursos, para aquela “gente de fora” que vinha assumir automaticamente as cobiçadas posições, bastara um decreto. Os homens e mulheres chegados do Instituto de Educação passaram a ser, por isso, olhados com desconfiança nos corredores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e considerados desprovidos de credenciais para lecionar na universidade. (BONTEMPI JUNIOR, 2011, p. 194).

A existência prévia de um curso superior de formação de professores secundários contribuiu para a concretização dos anseios dos criadores da USP, pois com ele se manteve o nível da universidade representado pela Faculdade de Filosofia e incorporou-se ao setor de formação profissional o Instituto de Educação, que forneceria a formação para o magistério secundário. O funcionamento do Instituto, desde o início, vinculou-se exclusivamente aos aspectos pedagógicos da formação de professores e não aos estudos de natureza cultural ou voltada para outros ramos da produção do conhecimento, pois esses objetivos pertenceriam à Faculdade de Filosofia.

Em 1938, simultaneamente, foi extinto o Instituto de Educação e criada a Secção de Educação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências. Assim, seus professores catedráticos são transferidos para a Secção da Faculdade. A mudança fez com que a FFCL passasse a ser uma escola de caráter profissional, encerrando-se a iniciativa dos idealizadores da USP de que fosse o centro integrador de cultura e promotor do saber puro e desinteressado, pois a partir daquele momento um de seus objetivos passaria a ser, também, oferecer aos estudantes a formação profissional. Mediante o decreto 1.190, de 4 de abril de 1939, consolidaram-se as tendências profissionalizantes da Faculdade de Filosofia e estabeleceu-se certo padrão a ser seguido por todas as escolas do tipo. Entre as orientações dadas pelo decreto estavam: a) a preparação dos trabalhadores intelectuais



para exercício de atividades culturais e desinteressadas; b) a preparação dos candidatos para o ensino secundário e; c) a realização de pesquisas sobre diversos domínios da cultura que compunham seu objeto de ensino (ANTUNHA, 1974). O mesmo decreto acrescenta a Pedagogia às Seções de Filosofia, Ciências e Letras. Manteve-se a duração de três anos para os cursos de bacharelado e reservou-se um ano especialmente para a formação pedagógica.

Alegando que a lei de formação de quatro anos tolhia a possibilidade de escolha de disciplinas, André Dreyfus, então diretor da FFCL, articulou juntamente à Congregação da Faculdade um pedido ao Ministro da Educação para que se modificasse o regime instituído para as faculdades de filosofia, solicitando a simplificação pedagógica, pois, segundo ele, apenas a realização de duas cadeiras da 4^o Seção eram justificadas, “a [de] Didática (que visava dar ao futuro professor as regras e o treino para o magistério) e a [de] Psicologia do Adolescente (com o qual ele vai se haver)” (DREYFUS, p. 23, 1947). As outras, por mais interessantes que fossem, não deveriam ser obrigatórias, pois “a vida humana é muito curta, o custo da vida cresce e não temos o direito de exigir um ano inteiro de trabalho, onde parte dele basta”. A proposta de Dreyfus e da Congregação foi aceita e o Decreto nº 9.092, de 26 de março de 1946, permitiu que as faculdades brasileiras se regessem tanto pelo sistema antigo quanto pelo novo (ANTUNHA, 1974). Desse modo, a partir da reforma de 1946 um ano de caráter obrigatório foi acrescentado a todos os cursos da faculdade e no quarto ano os alunos poderiam optar livremente por duas ou três cadeiras ou cursos da faculdade, quando aprovados teriam o diploma de bacharel. Para se tornarem licenciados deveriam assistir aos cursos das cadeiras de Psicologia Educacional, Didática Geral e Didática Especial (BONTEMPI JUNIOR, 2011).

De acordo com Vidal *et al.* (2016, p. 1427), as disciplinas voltadas ao magistério secundário só seriam cumpridas por aqueles que pretendiam ser professores, ou pelos que percebiam a baixa empregabilidade das profissões do bacharelado oferecidas pelos cursos ministrados na FFCL e procuravam o diploma de licenciados a contragosto. Os autores recorrem a depoimentos de docentes que passaram pela universidade no período e mostram o desprestígio dos estudos de Didática, vistos como aquilo que sobrou aos excluídos da carreira de docentes da universidade, como “cursinho” – como era pejorativamente chamado –, e como apêndice pedagógico da formação. O espaço físico precário que o Curso de Didática ocupava nas dependências da FFCL e



o excessivo contingente de auxiliares de ensino também evidenciavam o descaso pelos estudos educacionais.

O encerramento do Instituto de Educação fez com que a Faculdade de Filosofia passasse a conferir o diploma de licenciado aos estudantes que cursassem as matérias da subseção de Didática. Mediante a abertura da tendência profissionalizante da unidade, a FFCL observou o crescimento da demanda de vagas, o que a torna a unidade universitária mais populosa da USP. O número cada vez maior de estudantes de licenciatura mostrava a necessidade de ampliação do setor de pedagogia da universidade e a criação de uma unidade independente para atender à demanda. Fétizon (1994) corrobora os apontamentos de Antunha (1974) ao destacar que em 1960 a instituição começa a se expandir ocasionando que os cursos de maior prestígio se fechem em nome da qualidade do ensino, forçando a universidade a manipular o fluxo de vagas em direção às unidades menos capazes de resistir a ele, como era o caso da FFCL. A partir desse momento e até o desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ocorrido mediante o estabelecimento dos Estatutos de 1969, os estudos de educação estiveram vinculados em um primeiro momento à Seção de Educação, depois transformada em Seção de Pedagogia, e a partir de 1962, em Departamento de Educação da FFCL (ANTUNHA, 1974). Há registros, de acordo com Antunha (1974), que dão conta da produtividade da área no que diz respeito à produção de cursos, pesquisas e estudos, fazendo clara a necessidade de que os estudos sobre educação ocupassem maior protagonismo do que o possibilitado por uma simples Seção ou Departamento da Faculdade de Filosofia.

No ano de 1956, um convênio é firmado entre a Universidade de São Paulo e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e resulta na criação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP), um dos cinco Centros de Pesquisas instituídos em 1955 (LUGLI, 2002). O convênio previa sua instalação na Cidade Universitária, com recursos do INEP, além da relação bastante próxima entre a FFCL e o CRPE, pois os Departamentos cujas atividades se aproximavam àquelas promovidas pelo Centro poderiam utilizar suas instalações, o que ocorreu efetivamente em 1962, quando o curso de Pedagogia foi transferido para o Centro Regional, onde hoje se localiza a Faculdade de Educação da USP (VIDAL *et al.*, 2016). Criado com a finalidade de realizar pesquisas pelas quais se observava o estreitamento das relações entre o domínio educacional e o das ciências sociais, o CRPE/SP tinha a finalidade de apoiar a renovação educacional do país. Tendo como diretor Fernando de Azevedo, o Centro passou a promover



pesquisas, além de treinamentos e aperfeiçoamento, intercâmbios e publicações sobre temas relativos à educação (VIDAL *et al.*, 2016). Segundo Lugli (2002), o primeiro Conselho Diretor atendia aos propósitos de integração das ciências sociais à pesquisa educacional idealizados por Anísio Teixeira e contava com figuras como Florestan Fernandes, um dos representantes do Departamento de Sociologia e Antropologia, bem como Laerte Ramos de Carvalho, representante do Departamento de Pedagogia. Este último assume, em 1961, a direção do Centro e viabiliza o estreitamento de suas relações com o Departamento de Educação, a começar pelo compartilhamento do espaço físico e da própria direção, promovendo, ainda, a progressiva participação de professores do Departamento de Educação nos cursos e atividades do CRPE.

Em 1969, o ensino superior passa por inúmeras mudanças impulsionadas pela Reforma Universitária de 1968, fruto do período de exceção, que altera substancialmente o padrão de organização das instituições e instaura uma visão empresarial sobre a educação nos mais diversos níveis, colocando no centro das preocupações a eficiência e a produtividade. A Reforma extingue a cátedra e implementa a organização departamental e o sistema de créditos, que ambicionaram atender aos objetivos impostos pelo regime (ANTUNHA, 1974; CHAMLIAN, 1978). Ainda em 1969, a Faculdade de Educação da USP é criada e passa a funcionar como tal em 1970 ordenando-se a partir dos departamentos que ainda a compõe na atualidade: Administração Escolar e Economia da Educação, Filosofia da Educação e Ciências da Educação, Metodologia do Ensino e Educação Comparada. Apesar de durante a história da universidade os estudos sobre educação terem ocupado espaços de desprestígio, sendo vistos como menos importantes em relação aos demais, a criação da Faculdade de Educação da USP, segundo Sônia Penin (2001), possibilitou incontáveis avanços na formação dos professores de educação básica, pois, primeiramente, a unidade aglutinou os estudos educacionais permitindo a consolidação da estrutura da pós-graduação que vem desenvolvendo pesquisas relativas aos problemas educacionais e à educação fundamental e média, além de instalar um espaço de pesquisas composto por um centro de documentação para a formação de uma cultura pedagógica. Em segundo lugar, articulou a Escola de Aplicação como espaço privilegiado para a formação prática dos futuros professores, possibilitando sua participação em projetos integrados à educação básica. E, por último, ao alocar docentes provenientes de formações diversas, a unidade proporcionou a elaboração de projetos



comuns nas áreas de pesquisa, ensino, estágio e extensão, de tal modo que, as contribuições trazidas pela unidade são substanciais e incontáveis.

MULHERES E ENSINO UNIVERSITÁRIO NO BRASIL

A história das mulheres no ensino superior no Brasil começou no final do século XIX, no entanto, o acesso e a permanência delas neste nível de ensino foi sendo ampliado de maneira bastante lenta. De acordo com Cynthia Pereira de Sousa (2008), “a história do acesso das mulheres ao ensino superior se iniciou em 1880, com a matrícula de Rita Lobato Velho Lopes (1867-1960?), na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Problemas familiares obrigaram-na a se transferir para Salvador, onde seu pai matriculou-a no 2º ano da Faculdade de Medicina da Bahia, em 1881, onde terminou seu curso em 10 de dezembro de 1887, com a seguinte observação: ‘primeira mulher diplomada em Medicina no Brasil, 1887’” (p. 153). Ao longo da Primeira República (1889-1930), os cursos superiores, ainda escassos no Brasil, tinham seu acesso limitado às mulheres por dois motivos principais: o ginásio, único curso de levava ao ensino superior, era pouco frequentado por elas, e o curso Normal, cuja clientela escolar feminina era expressiva, não permitia seu ingresso em faculdades. Segundo a autora, tal cenário só seria modificado nos anos de 1930, quando “rompeu-se com a limitação do acesso ao ensino superior pela via do ensino secundário ginasial dado em escolas oficiais, tanto por meio da equiparação dos diplomas de colégios particulares aos dos colégios públicos, instaurando avanços na questão da articulação entre ensino médio e superior, como por franquear cursos, principalmente das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, aos portadores de diplomas de normalistas, mulheres em sua grade maioria” (SOUSA, 2008, 154). Tal medida marcou a possibilidade das mulheres darem continuidade a seus estudos em nível superior. Para Sousa (2008), “com as possibilidades abertas de formação para o magistério secundário, as Faculdades de Filosofia tornar-se-iam redutos femininos” (p. 154). Com influência europeia em sua instituição e em suas práticas pedagógicas, marcando uma forma particular de se relacionar com o conhecimento neste nível de ensino, a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, colocou em funcionamento uma das primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do Brasil (SILVA, 2016).



A Universidade de São Paulo, em sua criação, pretendia realizar a formação intelectual do país. A influência europeia e a ênfase francesa marcaram a origem da instituição: de um lado estava o “saber desinteressado”, os conhecimentos que enriqueceriam e desenvolveriam o espírito e, de outro lado, estavam os “saberes utilitários”, os conhecimentos que seriam úteis à vida prática (FÉTIZON, 1986). Em um primeiro momento, durante a criação da USP, houve a tentativa por parte do Estado de implantar o modelo originário – europeu – em sua forma mais pura. Segundo Beatriz Fétizon (1986), a partir de 1938 iniciou-se a primeira acomodação do modelo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), “tornada uma escola de formação profissional pela criação de sua quarta seção (Pedagogia)” (FÉTIZON, 1986, p. 399). Marcada pela meritocracia, a FFCL era voltada para a universalidade do saber de alto nível. A contratação de professores estrangeiros marcou a primeira geração de intelectuais, docentes e pesquisadores formados nos procedimentos de um modelo de investigação rigorosa. Neste quadro, a entrada dos estudos de educação para a FFCL, como uma quarta seção – a de Pedagogia – em 1938, consagrou o abandono do modelo originário puro. Neste sentido, a seção de Pedagogia marcou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de uma forma muito particular, pois estava em uma instituição baseada no rigor dos procedimentos de pesquisa e no saber de caráter desinteressado, mas precisava conduzir ao mesmo tempo uma formação voltada para o trabalho e para a prática (FÉTIZON, 1986).

Ao estudar o projeto de criação da Universidade de São Paulo, Irene Cardoso (1982) trata de uma questão pertinente à política empreendida por um grupo de jornalistas, intelectuais e políticos nos anos de 1930: a formação das “elites” que seriam capazes de desenvolver intelectualmente os projetos da oligarquia que estava em crise. Trazendo consigo a “missão superior de formação da nacionalidade” e herdeiros das “melhores tradições cívicas e intelectuais”, o “grupo do Estado” – porta-voz do jornal *O Estado de São Paulo* – liderado por Julio de Mesquita Filho, seria aquele capaz de conduzir o “reencontro do Brasil com o seu destino de grandeza Paulista”. Com o objetivo de garantir sua posição de independência diante das ações partidárias, as ações do “grupo do Estado” seriam voltadas para a criação de uma instituição na qual deveriam imperar os princípios do “bandeirismo ilustrado”, sendo a Universidade o centro irradiador do mesmo. A pedido de Julio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo realizou o “Inquérito sobre a Instrução Pública” (CARDOSO, 1982). A partir desse inquérito, o referido jornal passou a defender como princípio uma espécie de “liberalismo orientado”, ou seja, seria necessário que o sistema



escolar produzisse uma “elite norteadora” e um ensino “livre”, acima dos interesses partidários. Nesse contexto ganharia força a ideia da Universidade como formadora de elites intelectuais e políticas. Segundo a autora, “contra uma possível identificação destas posições com uma concepção aristocrática da sociedade, o que o Inquérito renegou, lembra não haver conflito entre o ideal da formação das elites e os ideais democráticos, pois educação popular e preparo das elites seriam duas faces de um único problema, o da formação da cultura nacional” (CARDOSO, 1982, p. 30). O Inquérito apresenta, nas palavras da autora, um “mecanismo de circulação das elites” que solucionaria a oposição entre elite e massa. É dito no documento que “à medida que a educação for estendendo a sua influência, despertadora de vocações, vai penetrando até as camadas mais obscuras, para aí, entre os próprios operários, descobrir o grande homem, o cidadão útil, que o estado tem o dever de atrair, submetendo a uma prova constante as ideias e os homens, para os elevar e seleccionar segundo o seu valor ou a sua incapacidade” (CARDOSO, 1982, p. 31). Nesse sentido, caberia à Universidade a tarefa de “divulgação” das ciências, colocando-as ao “alcance do povo” mediante um sistema que contaria com ensino, pesquisa e extensão universitária e chegaria até as camadas populares. A partir de tais pressupostos o Inquérito preparado por Fernando de Azevedo julgava que a Universidade seria o “instrumento mais eficaz” na “obra de coesão nacional”. No discurso de Azevedo, a mudança demonstrada de um liberalismo clássico para um “Estado programador” teria ocorrido por influência da Revolução de 30. (CARDOSO, 1982). Nesse sentido, o Estado “programador” poderia operar também na seleção e na “elevação” dos mais capazes. Caberia ao ensino superior realizar a formação das elites, garantindo às massas o acesso ao ensino primário. Entre as massas e as elites estava a classe média, para a qual era destinado o ensino secundário, e que seria a “divulgadora da cultura universitária”.

Nas palavras de Alfredo Bosi, escritas no prefácio do livro de Irene Cardoso (1982), acerca dos estudantes passaram a compor o corpo discente da Universidade de São Paulo, tratava-se de uma clientela “para a qual o estudo não era só o pão já assado e partido pelo saber acadêmico, mas também um fermento que poderia levedar as novas massas. Ao longo do processo, os melhores professores passaram de ‘enfants gâtés’ a ‘enfants terribles’” (CARDOSO, 1982, p. 16). Em relação às representações que marcaram as práticas de ensino e de avaliação no curso de Pedagogia, que depois foi abrigado pela Faculdade de Educação da USP no ano de criação desta, em 1969, passando a funcionar efetivamente em 1970, o modelo francês trouxe muitas influências. Se a



experiência pessoal dos professores e a sua subjetividade levam à formulação de parâmetros quantitativos, o juízo acerca da qualidade do trabalho produzido pelos alunos pode ser subjetivo e baseado na experiência e nos conhecimentos dos docentes. As experiências que os professores tiveram no momento em que eram alunos produzem representações que influenciam a prática educativa, a maneira de lecionar e o modo de avaliar (PERRENOUD, 1993). Segundo Florestan Fernandes (1984), os primeiros alunos da Universidade de São Paulo eram “ingênuos e puros”, e sua “rusticidade” deve ter assustado os primeiros professores franceses que, por sua vez, “enfrentavam” os seus alunos como “iguais”. De acordo com Irene Cardoso (1982), ao longo da década de 1940, a política social criou oportunidades que foram permitindo, aos poucos, à classe média chegar à Universidade, trazendo para esta instituição uma clientela diferenciada. Contudo, as carreiras voltadas ao magistério eram aquelas que mais recebiam as mulheres. Vale lembrar que, no caso brasileiro, a formação de professores, mediante as orientações legais, só tornaria o ensino superior obrigatório para a formação de professores que atuariam na educação básica com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96: “o artigo 62 da LDB é muito claro a respeito das instituições formadoras de docentes, em nível superior, para atuar na educação básica. Somente haverá dois caminhos para essa formação: a) aquela oferecida pelas universidades e b) aquela a ser ministrada em institutos superiores de educação” (AZANHA, 2006, p.70).

A participação restrita das mulheres nos cursos do ensino superior condicionou também sua presença na produção de conhecimento. Segundo a já mencionada Cynthia Pereira de Sousa, em observação a levantamento realizado acerca de investigações sobre a produção científica das pesquisadoras, ainda nos anos de 1970 era muito pequena a contribuição das mulheres no desenvolvimento científico brasileiro e elas eram minoria em praticamente todas as áreas da ciência. Na década de 1980, elas representavam cerca de um terço da produção científica do país: “para situar melhor sua participação em cada área do conhecimento, seja como pesquisadoras, seja como consultoras, seja como bolsistas foram estabelecidas três grandes categorias: presença incipiente (Ciências Exatas e da Terra; Engenharias e Ciências Agrárias); presença intermediária (Ciências Sociais e da Saúde) e presença efetiva (Ciências Humanas, Biológicas, Linguística, Letras e Artes)” (2008, p. 161). A maior participação das mulheres na realização da pesquisa



aparece condicionada à sua inserção no campo universitário, tendo, tal qual os anos de 1930 e 1940, os cursos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras como porta de entrada.

ANNA MARIA PESSOA DE CARVALHO E A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Nascida na cidade de Caçapava, interior de São Paulo, em 18 de maio de 1938, Anna Maria Pessoa de Carvalho estudou no Grupo Escolar da Consolação, onde sua mãe era professora, transferindo-se, posteriormente, para o Ginásio de Pinheiros e, finalmente para o Ginásio Científico do Mackenzie, onde seu pai, de família presbiteriana, havia feito os estudos em nível superior. Causou estranhamento à sua família a opção por cursar o ginásio científico, pois era esperado que as moças da época optassem pelo Curso Normal, assim como fizeram todas as suas primas. Em 1958, após o término do ginásio, Anna Maria ingressou em Física na Universidade de São Paulo. Sua turma era grande para os padrões da época, contando com cerca de vinte rapazes e três moças, o que determinava certo preconceito por parte dos docentes da instituição, culminando em comentários depreciativos como o de que naquele ano o vestibular havia sido muito fácil. O estigma acompanhou a turma durante os quatro anos de graduação. Ao se formar, Anna Maria recebeu uma bolsa advinda do exterior para atuar no Instituto de Energia Atômica, onde desempenhou um importante trabalho de coleta de dados junto ao professor Zimmerman. Sua competência evidenciou-se mediante os elogios direcionados ao referido professor durante um congresso internacional, onde foram apresentados os resultados obtidos a partir dos dados coletados por ela. Contudo, a experiência não lhe agradou, pois o trabalho demandava muita precisão, além de ser extremamente solitário. Assim, após o término da bolsa de estudos, decidiu buscar por outra área de atuação. Foi desse modo que passou a ser professora de física. A escolha pela profissão docente surpreendeu e desagradou, principalmente seu pai, que dizia ter perdido a filha física nuclear para ganhar uma “professorinha” igual a todo mundo. Anna Maria era noiva à época e relata que durante um ocasional encontro com Delfim Neto, então professor da Universidade de São Paulo, seu noivo a apresentou como sendo física nuclear, mesmo que ela já tivesse deixado a área há algum tempo. Tal atitude demonstrou a dificuldade em aceitar sua escolha pela docência de 2º grau e o desgosto sentido por seu pai e pelo noivo diante da escolha de abandonar a carreira de física nuclear.



Anna Maria Pessoa de Carvalho iniciou a carreira docente lecionando física no Colégio Mackenzie, no Colégio Santa Maria e no Colégio Santa Marcelina, em São Paulo. Na mesma ocasião, cursava Didática no Departamento de Educação da FFCL com a professora Amélia Americano Domingues de Castro, responsável pela difusão das ideias de Piaget no Brasil e, na época, coordenadora do Colégio de Aplicação Fidelino de Figueiredo da FFCL/USP, cargo que ocupou entre 1964 e 1970. A aproximação com a docente ocasionou o convite à Anna Maria para que lecionasse física no período noturno do Colégio. O projeto de trabalho da instituição organizava-se de modo muito diferente das tradicionais aulas expositivas com as quais estava acostumada e assumi-las representou um grande e instigante desafio que lhe dava gosto e permitia o estabelecimento de relações com seus estudos. Foi, também, Dona Amélia que a convidou para assumir a vaga de docente de Prática de Ensino de Física no Departamento de Educação da universidade.

Diferentemente da experiência como professora do curso médio, a docência universitária não a apeteia tanto, pois ali sua função era ensinar aos alunos “como ensinar física”, discussão ainda muito pouco explorada e para as quais faltavam estudos e referenciais teóricos. No curso médio ela era considerada uma ótima professora, ou seja, sabia ensinar os conteúdos da disciplina de física e o fazia muito bem, mas o curso de formação de futuros professores de física demandava conhecimentos ainda muito incipientes e pouco sistematizados no campo educacional, forçando Anna Maria a estudar demasiadamente, entre outras coisas, as relações estabelecidas entre professores, alunos e conhecimento, a produzir materiais sobre estágio e sobre o ensino de modo geral nessa área. As dificuldades eram imensas e consubstanciadas pelo preconceito dos estudantes que consideravam os estudos sobre educação menos importantes e dispensáveis, de tal modo que, entre os esforços dos docentes do departamento ainda estava o de mostrar a necessidade e importância dos conhecimentos educacionais para a formação docente e oferecer-lhes um constructo teórico capaz de fazê-los perceber a seriedade das discussões estabelecidas ali, desconstruindo a ideia de que na unidade se ocupava, apenas, dos aprendizados sobre os modos de fazer. Tal desprestígio acompanhou a história dos estudos educacionais e permaneceu presente mesmo quando a Faculdade de Educação foi criada como unidade independente da Faculdade de Filosofia. A área pedagógica era considerada menor pelos estudantes da física e mesmo com o trabalho exaustivo de produção de conhecimentos e a criação da FEUSP, o preconceito não foi



completamente dirimido. Os estudantes de física olhavam os estudos educacionais com certa desconfiança, pois para eles a confiabilidade das teorias estava associada à produção de provas empíricas sobre o conhecimento e na educação, de acordo com suas compreensões, as teorias não eram provadas. A percepção sobre tal aspecto direcionou Anna Maria a realizar investigações sobre como os estudantes do Ensino Fundamental I aprendem ciências, quais os raciocínios utilizados para resolverem problemas e quais as operações mentais fazem ao resolvê-los.

A professora Amélia Americano Domingues de Castro, de quem foi aluna e orientanda, deixou diversas marcas em sua formação e na história da Faculdade de Educação, sendo uma das responsáveis pela estrutura que a unidade passou a ter após as mudanças ocasionadas pela Reforma Universitária de 1968. Às sextas-feiras, Dona Amélia reunia os docentes do Departamento de Metodologia para reuniões e em uma delas os advertiu sobre a reforma e a necessidade de que obtivessem o título de doutores, que seria essencial para a permanência na instituição. Em uma das reuniões, recomendou que ao saírem dali deveriam ir até a sede da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências dar o nome de suas teses. Foi assim que Anna Maria iniciou, em 1970, seus estudos na pós-graduação, obtendo o título de doutora em educação em 1973 ao defender a tese intitulada: *O Ensino de Física na Grande São Paulo: estudo de um processo em transformação*, quando a FEUSP já era uma unidade independente localizada na Cidade Universitária. Em virtude da atitude de Dona Amélia, o Departamento de Metodologia e Educação Comparada era o que tinha maior número de doutores comparativamente ao Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação e ao Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação, fazendo com que diante de praticamente qualquer votação o representante eleito fosse do Departamento de Metodologia.

Em 2019, durante a cerimônia que lhe outorgou o título de Professora Emérita, Anna Maria relembrou o término do doutorado e os desafios vividos a partir de então, além da admiração sentida pelo Prof. Ernest Hamburger, do Instituto de Física, e pela Profa. Amélia Domingues de Castro, que após orientá-la passou a ser sua colega de departamento:

Assim que terminei meu doutorado fui colocada entre dois fogos: o Instituto de Física e a Faculdade de Educação estavam discutindo a criação de uma Pós-Graduação Interunidades. Sendo a única física, filha do Instituto e professora da Educação, tinha obrigação moral de ajudar o Prof. Ernest Hamburger e D. Amélia Domingues de Castro a concretizar esse Programa. O Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências, já pensado à época para congregar todos os Institutos Científicos que



formam licenciando, mas começando inicialmente, às duras penas, pela Física e Educação e há poucos anos ampliando para englobar também os Institutos de Química e Biologia, proporcionou uma maior interação da Faculdade de Educação com as áreas científicas. Os mestres e doutores formados por esse Programa são hoje os líderes da Área de Ensino de Ciências nas Universidades desse Brasil. Deixo aqui minha admiração por esses dois mestres que tinham visão de futuro e garra para transpor os obstáculos acadêmicos. (CARVALHO, 2019, p. 33-34).

Em 1986, Anna Maria defendeu sua tese de livre-docência *A formação do conceito da quantidade de movimento*; e entre 1994 e 1998 foi diretora da Faculdade de Educação da USP. Em sua gestão, o currículo da Licenciatura em Pedagogia passou por uma grande reformulação que consistiu na criação das habilitações integradas. Ademais, em seu período como diretora o Programa de Pós-Graduação passou a organizar-se por áreas de concentração. Dentre os livros publicados e organizados pela docente, destacam-se alguns títulos, entre eles: *Prática de ensino: os estágios na formação do professor* (1987); *A formação do professor e a prática de ensino* (1988); *Física: proposta para o ensino construtivista* (1989); *Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática* (2004); *Os estágios nos cursos de licenciatura* (2012); *Ensino de Ciências e Investigação* (2013); *Formação de Professores: múltiplos enfoques* (2013); *Ensinar a Ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média* (2001), este organizado em parceria com a Profa. Amélia Americano Domingues de Castro. Além de sua trajetória como professora universitária, a docente atuou, entre 1983 a 1985 e 1989 a 1991, como Secretária de Ensino da Diretoria da Sociedade Brasileira de Física (SBF) e, no período de 1991 a 2000, como representante brasileira na *International Commission on Physics Education* da IUPAP, sendo eleita secretária desta comissão por dois mandatos consecutivos, entre 1994 a 1997 e entre 1998 a 2000. Foi, entre 1988 e 2016, representante brasileira no Conselho da *Inter-America Conference on 11 Physics Education*, sendo eleita presidente deste conselho entre 1991 a 1993. Foi, também, entre 2001 e 2004, representante dos Comitês Assessores (CA) de Educação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e entre 2005 e 2007, representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É representante brasileira no Conselho Interamericano de Ensino de Física, tendo presidido este Conselho entre 1991 e 1993. Tomou posse, em 2002, da cadeira de número 40 da Academia Paulista de Educação.

SÔNIA TERESINHA DE SOUSA PENIN E A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Natural de Araçatuba, interior de São Paulo, em 15 de outubro de 1944, Sônia Teresinha de Sousa Penin estudou no Instituto Manoel Bento da Cruz, onde realizou toda a sua educação básica. Pertence a uma família de dez filhos, um homem e nove mulheres, na qual a maioria cursou a escola normal. Por orientação de seu pai, que defendia que mulher tivesse independência financeira e não dependesse de marido, formou-se professora primária. Pelo gosto pela leitura e pela literatura, ficou em dúvida entre cursar Letras ou Pedagogia. Por conta da grade curricular do curso que trazia Filosofia, História e Psicologia, leitora de Sartre e Freud desde a adolescência, optou por Pedagogia.

Em 1963, ingressou em primeiro lugar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. Criada em 1955 e estadualizada como Instituto Isolado de Ensino Superior em 1959, a instituição teve seu corpo docente reestruturado com professores da USP. Lino de Macedo, professor do Instituto de Psicologia, foi seu colega de graduação. O campus contava com a atuação de muitos professores da USP da capital, que viajavam com frequência para o interior. No ano seguinte, 1964, muitos professores foram presos por conta da ditadura militar. Sônia pediu transferência para São Paulo, onde continuou seus estudos no Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Trabalhou com Paulo Freire em projetos de educação de jovens e adultos na região de Ribeirão Preto. Durante seus estudos da graduação, foi bastante ativa no movimento estudantil, participou do centro acadêmico e formou-se em 1967. Casou-se e teve dois filhos.

Após formada, atuou como coordenadora pedagógica em colégios particulares, entre eles o Sacré Coeur. No início dos anos de 1970 iniciou o mestrado em Psicologia da Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, local de grande efervescência das ideias de Gramsci no período. Momento no qual também passou a atuar na Ande (Associação Nacional de Educação) – na época de construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, que viria a ser promulgada em 1996 – da qual chegou a ser presidente. Teve uma atuação política importante e trabalhou junto às comissões do governo federal para discussão e proposição da LDB. Ao concluir o mestrado, trabalhou como pesquisadora na Fundação Carlos Chagas, junto com Bernardete Gatti, Guiomar Namó de Mello e Lisete Regina Gomes Arelaro, ao concluir o projeto, continuou trabalhando com escolas públicas. Lecionou em algumas faculdades particulares, na FAAP, na



PUC-SP, no Mackenzie e então prestou concurso e ingressou como professora no Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da USP, ministrando a disciplina Didática, onde sempre esteve envolvida tanto com as atividades de ensino e pesquisa, quanto de gestão. Já atuando como docente, ingressou no doutorado em Educação na FEUSP, sendo orientada do professor Nélio Parra. A professora Sílvia Leser de Mello, que acompanhou sempre a sua trajetória acadêmica e participou como membro das bancas julgadoras de seus trabalhos, também foi uma grande parceira intelectual.

Lecionando Didática no curso de licenciatura em Artes Plásticas na FAAP, deparou-se com a questão de como despertar no outro o interesse pelas artes plásticas, assim como saber apreciá-las, por conta do ensino, como levar o outro, especialmente crianças e adolescentes, a apreciar essa área de conhecimento e de ação e expressão artística. Ministrando Didática em um período no qual este campo de estudos e pesquisas passava por uma reformulação, marcado por muitas discussões acerca das metodologias e da didática geral, e evidenciado pelos seminários “A didática em questão”, que começaram a ocorrer em 1975, ressaltando os aspectos teóricos e fundantes da disciplina, assim como a sua dimensão política. Evidenciando sua gênese e genealogia nos cursos de formação de professores, a Didática apresenta uma característica interdisciplinar importante articulando o conhecimento das ciências humanas às questões de ensino.

Atuando como Diretora da FEUSP aprendeu muito com os gestores que a antecederam e sempre valorizou o trabalho articulado com as diferentes comissões que integram a faculdade para atender ao objetivo principal desta instituição: formar professores e pedagogos. Esteve afastada da FEUSP em dois períodos: um para atuar na Secretaria Municipal de Educação, no momento no qual Guiomar Namó de Mello era secretária de educação, atuando no departamento que cuidava das questões que envolviam o currículo da educação básica; e em outro quando foi convidada a atuar na Pró-Reitoria de Graduação da USP. Ocasões nas quais a professora aprendeu muito, sobretudo com relação à gestão. Se a primeira experiência foi voltada ao início da educação das crianças e dos jovens, a segunda a fez analisar o ensino na universidade em todos os seus cursos. Experiências essas que antecederam a sua gestão à frente da direção da FEUSP. Para enfrentar os desafios da administração da faculdade e também da sua articulação com a Escola de Aplicação, Sônia valorizou a importância do trabalho coletivo e da cultura dos lugares que ocupou como



gestora. Para ela, a superação das dificuldades depende do envolvimento do grupo, das pessoas que ocupam esses espaços.

Entre os desafios do momento atual para a formação dos professores, a professora assinala algumas questões. A primeira delas legal: o fato do curso de Pedagogia, em âmbito nacional, ter assumido todas as habilitações relativas à atuação do educador: da formação dos professores para atuar na educação infantil e nas séries iniciais até a gestão escolar e orientação educacional, o que considera um problema, pois sobrecarrega o curso. A mudança ocorreu no momento no qual ela estava à frente da direção da FEUSP e todo o currículo precisou ser discutido novamente. Tendo em vista o aumento de atribuições, foi discutida a ampliação do curso de quatro para cinco anos, como já ocorria na PUC-SP e na UNICAMP, mas o modelo que venceu em votação nas assembleias realizadas foi o de quatro anos e meio. Ela considera que o curso avançou em algumas áreas como, por exemplo, a educação infantil, mas ainda precisa de atenção em outras, como a alfabetização. Para formar alfabetizadores defende que os professores devem conhecer métodos variados para então avaliar com qual deve trabalhar, contudo, para que isso ocorra, é importante que haja o domínio de métodos. Então o desafio que se apresenta no momento é: como os pedagogos formados na FEUSP podem ajudar na escola para que se alfabetize na idade certa, dada a grave situação brasileira na qual alunos chegam ao ensino fundamental e médio sem que estejam alfabetizados. Cita Paulo Freire que demonstrou que é possível alfabetizar as pessoas em quarenta aulas, sendo que no Brasil isso não está sendo feito. E a FEUSP tem muito a dizer para colaborar com a melhora da situação. O trabalho interdisciplinar pode contribuir para melhorar a educação, a articulação das áreas, principalmente em função do avanço das tecnologias da informação e da internet.

“É fundamental ousar”, afirma a professora ao considerar que o corpo docente é excelente, mas é fundamental que os professores ousem e utilizem da autonomia que têm para lecionar na universidade. É possível ser voto vencido nas discussões, mas é preciso propor. Foi representante da FE na reitoria pertencendo ao grupo que discutia as licenciaturas e a formação de professores após a promulgação da LDB, momento no qual Ada Pelegrini foi Pró-Reitora de Graduação. O professor José Sérgio Fonseca de Carvalho também teve um papel muito importante neste grupo. Como resultado, foi criado o Programa de Formação de Professores da USP, que completou mais de vinte anos e continua vigente. O Programa enfrentou um dos grandes problemas que havia na licenciatura: o três mais um, três anos no curso de origem e um ano na Faculdade de Educação. Foi



proposto então que as questões pedagógicas começassem a ser tratadas no primeiro ano do curso, no máximo no segundo, antes de os alunos virem para a Faculdade de Educação. Professores e educadores foram contratados com o objetivo de promover a articulação entre a faculdade, os estágios e as escolas, contudo a questão dos estágios ainda não avançou como poderia, pois há elementos que ainda podem ser desenvolvidos para promover a relação com o lado prático do trabalho na escola. A formação teórica também é excelente, mas a ligação com a escola básica poderia avançar. A professora também foi membro da International Alliance of Leading Education Institutes (2006-2009); Pró-Reitora de Graduação da Universidade de São Paulo (2001-2005); Professora Titular do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Universidade de São Paulo; membro da Academia Paulista de Educação; membro do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (1995-2007); membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES/MEC, (2005-2010); designada a partir de maio de 2010 a janeiro de 2014 para exercer a função de Assessor Sênior do Reitor da USP. Foi diretora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo entre 2006 e 2010. É autora de *Cotidiano e escola: a obra em construção (o poder das práticas cotidianas na transformação da escola)*, publicado em 2011 pela editora Cortez; *A aula: espaço de conhecimento, lugar de cultura*, publicado em 1994 pela editora Papyrus, co-organizadora de *LDB - projeto votado na comissão de educação e comentários*, publicado em 1990 pela editora Cortez, entre outras importantes publicações no campo educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso traçado pelas professoras entrevistadas evidencia histórias de relação com a escola bem sucedidas. Incentivadas pela família a prosseguir nos estudos, em um período no qual o acesso das mulheres ao ensino superior não era alcançado de modo fácil, elas ingressaram na universidade e lá seguiram carreira ocupando espaços que eram predominantemente masculinos: o da docência e o da gestão na universidade. Com relação às dificuldades enfrentadas pelas mulheres ao ingressarem no ensino superior e prosseguirem na carreira universitária, retomamos Sousa ao apontar que “questões como o processo de sua formação e socialização para papéis sexuais (o que ocorre desde a entrada na escola primária), escolhas profissionais, necessidade de reconhecimento



e prestígio, fraca participação em postos mais elevados na hierarquia acadêmica, conciliação da vida profissional com a vida familiar” (SOUSA, 2008, p. 170), entre outras, têm-nas colocado em situação desigual se comparadas a seus colegas homens. Sônia e Anna Maria produziram marcas não apenas na história da Faculdade de Educação da USP, mas também tiveram importante papel na educação nacional, seja com relação às pesquisas realizadas e à inovação no ensino, seja com relação à participação política, discussão e construção da legislação educacional. Ao final do século XX, as mulheres conquistaram mais espaço no ensino superior, tanto como alunas nos cursos de graduação e pós-graduação, quanto como professoras e pesquisadoras. Cabe ressaltar, no caso da Universidade de São Paulo, que em 2006 foi eleita, e escolhida pelo governador do estado de São Paulo, como reitora, Suely Vilela, da área de Ciências Farmacêuticas, a primeira mulher a ocupar esse cargo em uma universidade pública no Brasil. A história de mulheres no ensino superior evidencia trajetórias de luta e resistência nas quais compreendemos que, para ocupar posições neste espaço, foi preciso ousar.

REFERÊNCIAS

ANTUNHA, H. C. G. **Universidade de São Paulo: fundação e reforma**. São Paulo: CRPE do Sudeste, 1974.

ANTUNHA, H. C. G. As origens da Faculdade de Educação. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, FEUSP, v. 1, n. 1, p. 225-242, 1975.

AZANHA, J. M. P. **A formação do professor e outros escritos**. São Paulo: Senac, 2006.

BONTEMPI JUNIOR, B. Do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 142, jan./abr. 2011.

CARDOSO, I. A. R. A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.

CHAMLIAN, H. C. **O departamento na estrutura universitária**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1977.

DECRETO n° 6.283, de 25 de janeiro de 1934 - cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências.



DECRETO-LEI nº 1.190, de 4 de abril de 1939 - dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia.

DECRETO-LEI nº 9.092, de 26 de março de 1946 - amplia o regime didático das faculdades de filosofia, e dá outras providências.

DECRETO nº 52.326, de 16 de dezembro de 1969 – que aprova um novo Estatuto da Universidade de São Paulo.

DREYFUS, A. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e sua reforma. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 26, p. 245-257, 1947.

FÉTIZON, B. A. M. **Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo**. Tese de Doutorado, FEUSP, 1986.

FÉTIZON, B. A. M. Faculdade de Educação: antecedentes e origens. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 365-378, 1994.

LEI nº 5.540, 28 de novembro de 1968 - fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

LUGLI, R. S. G. **O trabalho docente no Brasil: o discurso dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional e das entidades representativas do magistério (1950-1971)**. Tese de Doutorado, FEUSP, 2002.

OUTORGA do título de Professor Emérito: Anna Maria Pessoa de Carvalho. Apresentação Agnaldo Arroio; Discursos de Saudação Marcos Garcia Neira, Myriam Krasilchik, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno. São Paulo: FEUSP, 2019. Disponível em: <http://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/texto-cerimonia-anna-maria-atual-completo.pdf>
Acesso em: 05 out. 2021.

PENIN, S. T. S. A formação de professores e a responsabilidade das universidades. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 317-332, 2001. (Dossiê Educação)

SILVA, K. N. Dissertações, Provas e Exames. Um estudo das práticas de avaliação das aprendizagens no curso de pedagogia da USP, Brasil. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 70, p. 117-128, 2016.

SILVA, K. N. Mulher, professora universitária e pesquisadora: a trajetória de Amélia Americana Franco Domingues de Castro (1920-) no ensino superior. *In*: Vidal, D. G. (Org.) **Mulheres inovadoras no ensino** (São Paulo, séculos XIX e XX). Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2019. p. 15-21.



SILVA, K. N. História das práticas de avaliação e ensino na USP: marcas da missão francesa na educação universitária paulista. **Cadernos de História da Educação**, v. 19, n. 3, p. 837-855, set./dez.2020.

SOUSA, C. P. Gênero e Universidade no Brasil: acesso ao ensino superior e condição feminina no meio universitário. *In*: Consuelo Flecha García; Alicia Itatí Palermo. (Org.). **Mujeres y Universidad en España y America Latina. Buenos Aires / Madrid: Miño y Dávila Editores**, 2008, v. 1. p. 153-171.

VIDAL, D. G.; BONTEMPI JR. B.; SALVADORI, M. A. B. Tempos pretéritos e escolhas do futuro: a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e a formação docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. especial, p. 1419-1440, dez. 2016.

Recebido em: 19 de outubro de 2021

Aceito em: 27 de novembro de 2021